

iberografias

33

LUGARES E TERRITÓRIOS

PATRIMÓNIO, TURISMO SUSTENTÁVEL,
COESÃO TERRITORIAL

COORDENAÇÃO DE
RUI JACINTO



IBEROGRAFIAS

33

LUGARES E TERRITÓRIOS:

PATRIMÓNIO, TURISMO SUSTENTÁVEL, COESÃO TERRITORIAL

Coordenação de
Rui Jacinto

IBEROGRAFIAS

33

Colecção Iberografias
Volume 33

Título: Lugares e territórios: património, turismo sustentável, coesão territorial

Coordenação: Rui Jacinto

Autores: Adrielson Furtado Almeida, Agostinho da Silva, António Avelino Batista Vieira, Antonio Cordeiro Feitosa, Conceição Malveira Diógenes, Daniela Maria Vaz Daniel, Fernando Baptista Pereira, Fernando Manuel Videira dos Santos, Helena Santana, Hélio Mário de Araújo, Joana Capela de Campos, João Albino M. da Silva, José Sampaio De Mattos Júnior, Lillian Maria de Mesquita Alexandre, Messias Modesto dos Passos, Paulo Espínola, Pedro de Alcântara Bittencourt César, Pedro Javier Cruz Sánchez, Pedro Tavares, Renato Emanuel Silva, Rita de Cássia Lana, Ronaldo Barros Sodré, Rosário Santana, Rui Jacinto, Samuel de Jesus Oliveira Maciel, Sílvio Carlos Rodrigues, Sofia Salema, Tiago Fernandes Teotónio Pereira, Vanessa Alexandra Pereira, Vicente Zapata, Vítor Murtinho, Willian Morais Antunes de Sousa

Pré-impressão: Âncora Editora

Capa: João Guerreiro | Âncora Editora

Impressão e acabamento: LOCAPE - ARTES GRÁFICAS, LDA.

1.ª edição: Abril 2018
Depósito legal n.º 440195/18

ISBN: 978 972 780 643 0
ISBN: 978-989-8676-15-3

Edição n.º 41033

Centro de Estudos Ibéricos
Rua Soeiro Viegas n.º 8
6300-758 Guarda
cei@cei.pt
www.cei.pt

Âncora Editora
Avenida Infante Santo, 52 – 3.º Esq.
1350-179 Lisboa
ancora.editora@ancora-editora.pt
www.ancora-editora.pt
www.facebook.com/ancoraeditora

O Centro de Estudos Ibéricos respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas.

A opção ou não pelas regras do novo acordo ortográfico é da responsabilidade dos autores.

Apoios:



Interreg
Espanña - Portugal



UNIÓN EUROPEA
UNIÃO EUROPEIA

Fondo Europeo de Desarrollo Regional
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Lugares e territórios: património, turismo sustentável, coesão territorial Rui Jacinto	7
RECURSOS DO TERRITÓRIO: PAISAGENS E PATRIMÓNIOS	
Paisagem urbana histórica, a Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra Joana Capela de Campos; Vítor Murfinho	19
A Fundação do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra. Propagandística política, tratadística arquitectónica e engenharia militar entre a Dinastia Filipina e a Dinastia de Bragança Pedro Tavares; Sofia Salema; Fernando Baptista Pereira	43
Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos Joana Capela de Campos; Vítor Murfinho	57
De floresta a fábrica, de fazenda a floresta: paisagem cultural e desafios à preservação da memória no interior do Brasil Rita de Cássia Lana	79
A alteração da paisagem na Mina de São Domingos como problema metodológico: a valorização do seu património para um turismo industrial insustentável Vanessa Alexandra Pereira	93
La Memoria del Paisaje. Marcas Sagradas en el paisaje simbólico de la región Duero-Douro Pedro Javier Cruz Sánchez	107
PATRIMÓNIOS IMATERIAIS E TURISMO	
A Flauta de Tamborileiro na raia portuguesa: meio e estratégia de desenvolvimento social e cultural Rosário Santana; Helena Santana	129
Itinerários literários: Leituras e leitores de Camilo Castelo Branco, em particular, Agustina Bessa-Luís Daniela Maria Vaz Daniel	149
Quatro cartas de Hermès Willian Morais Antunes de Sousa	169
Natureza e património de valor turístico do território de Icatu, Estado do Maranhão: possibilidades de uso ambiental sustentável Antonio Cordeiro Feitosa	175

Amazônia Atlântica: Patrimônio Natural versus Turismo Balnear Adrielson Furtado Almeida	197
Turismo de base comunitária: vivências dos discentes do IFCE no território Cearense Conceição Malveira Diógenes; Pedro de Alcântara Bittencourt César	209
Singularidades no litoral sul de Sergipe/bra e litoral do Algarve/pt: turismo, cultura e políticas públicas Lillian Maria de Mesquita Alexandre, Hélio Mário de Araújo, João Albino M da Silva	225
DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS EM DIFERENTES CONTEXTOS TERRITORIAIS	
O GTP aplicado ao estudo da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santo Antônio/ Sudoeste do Estado de São Paulo - Brasil Messias Modesto dos Passos	245
Canais de levada e regos d'água: contribuições portuguesas para uma outra abordagem brasileira Renato Emanuel Silva; Sílvio Carlos Rodrigues; Antônio Avelino Batista Vieira	261
Um território, uma raça, um patrimônio genético: a "Região" do Jarmelo e a Vaca Jarmelista Agostinho da Silva	275
Os movimentos migratórios e o encontro de culturas em microterritórios insulares lusófonos: a diversidade da imigração nas pequenas ilhas dos Açores Paulo Espínola; Vicente Zapata	287
Perfil dos Alunos que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico nas Escolas do Distrito da Guarda Fernando Manuel Videira dos Santos	301
Qualí(ficar) o caminho Tiago Fernandes Teotónio Pereira	325
Contradições e Possibilidades nos Conflitos por Terra: o Caso do Maranhão José Sampaio De Mattos Júnior; Ronaldo Barros Sodré; Samuel de Jesus Oliveira Maciel	333

Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos

Joana Capela de Campos

Universidade de Coimbra (DARQ – FCT, UC)

Vítor Murtinho

Universidade de Coimbra (DARQ – FCT, CES, UC)

Introdução

Numa candidatura patrimonial de um bem em contexto urbano, quando entendida como um ativo para a gestão e para o desenvolvimento urbano, assume-se que o valor atribuído a esse bem se constitui como uma parte integrante do seu contexto e que, consequentemente, a sua gestão deve ser equacionada de forma integrada, promovendo uma continuidade dentro do ambiente urbano.

Nesse sentido, desenvolver uma candidatura patrimonial será assumir uma responsabilidade e um compromisso de futuro. Por um lado, a responsabilidade passaria pela produção de conteúdos, que promovessem o estudo e o conhecimento do bem proposto, que deveria ser disponibilizado às suas populações, pelas entidades que o gerem, ativando uma lógica de *conhecer para compreender*, dentro das práticas de proteção e salvaguarda do património. Por outro lado, o compromisso de futuro seria traduzido por um processo de candidatura que se estabelecesse a partir de um projeto político com intenções e estratégia de intervenção tanto para a área com um valor reconhecido, como para o seu contexto urbano e, no limite, para o seu território de influência, mesmo que a apresentação da candidatura não viesse a colher os resultados esperados. Desta forma, pensar o património cultural, não como uma memória do passado, mas antes um ativo da contemporaneidade para o futuro, permitia promover essa responsabilidade e esse compromisso, estabilizando-os numa plataforma de diálogo entre gerações, que iriam recebendo, usando, e acrescentando valor ao existente.

Por estes enunciados, as candidaturas patrimoniais têm, ou deveriam ter, alta importância para a gestão futura dos bens e dos recursos patrimoniais, constituindo-se como uma identificação e uma seleção de valores comuns à comunidade. Valores esses que sendo

herdados das gerações anteriores, em muitos dos casos se mantinham em vigor e a que deveriam ser acrescentados os de matriz contemporânea por fazerem parte de uma vivência e de uma cultura atual. Assim se entende que pensar o património não deveria ser sinónimo de estagnação temporal. Pelo contrário, pensar o património na sua vertente material e na sua vertente imaterial não deveria ser uma *performance cultural* (Smith, 2017, p. 16), onde a necessidade de afirmação cultural tem vindo a ser cada vez mais reconhecida pela sua importância na vida quotidiana contemporânea. Mais do que se pensar no passado, o património seria uma questão de presente com perspetiva de futuro, onde o passado seria apenas uma lição para ser usada em cada contemporaneidade.

Além disso, alguns estudos sugerem que as políticas de reconhecimento do binómio património-identidade, assente na diversidade e na representação de valores essenciais para o indivíduo e/ou comunidade, possibilitam novas leituras sobre o valor social do património, nomeadamente, na promoção da cidadania (Smith, 2017). Enquanto valor identificado para uma representação política e ética da comunidade, o património cultural estabelecia o direito a essa identidade, porque apesar de poder ser uma questão emotiva, seria, antes de mais, uma questão absorvida como fundamental para induzir um juízo de valor comum.

Na Europa e no Mundo, o ano de 2018 será um período de comemorações sobre o património cultural¹ e, conseqüentemente será promovido um reforço do seu papel e da sua importância na criação dos discursos de paz que devem ser, ininterruptamente, promovidos pela tolerância na diversidade cultural e por relações interculturais entre todos os cidadãos do mundo (Capela de Campos & Murtinho, 2017c).

Para além desta perspetiva, também seria perceptível que um processo de candidatura patrimonial iria potenciar e incentivar uma dinâmica de desenvolvimento económico gerada a partir da oportunidade da atribuição de um título, sobretudo, se as entidades envolvidas tiverem influência internacional, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), através do PM ou, ainda, como o Conselho da Europa. Nesse sentido, estudos têm vindo a apontar para a existência de uma coincidência entre cada inscrição na LPM – devido ao mediatismo que era gerado à sua volta – e o aumento do número de visitantes desse sítio². Conseqüentemente seria expectável que qualquer inscrição na LPM se traduzisse numa dinâmica geradora de desenvolvimento, não só ao nível do bem classificado e dos seus perímetros definidos como zona de proteção, mas também, naquela que poderia ser considerada a sua área de influência territorial, onde diversas atividades económicas poderiam ser potenciadas. Quando os bens classificados

¹ Cf. Capela de Campos, J e Murtinho, V. «Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra», no presente número da publicação do Centro de Estudos Ibéricos.

² Cf. (Rebanks Consulting Ltd & Trends Business Research Ltd, 2009; Salazar, 2010).

se localizassem num contexto urbano, então o desenvolvimento potenciado também se assumiria como tal. Dentro do contexto urbano material ou físico – na área do património classificado, sua zona de proteção e área de influência urbana – seria verificado um desenvolvimento baseado, sobretudo, na proteção e salvaguarda do património e na reabilitação urbana, tanto ao nível do parque edificado como dos espaços públicos; dentro do contexto urbano imaterial – nas dinâmicas quotidianas da vida e dos usos espaciais (que se manifestam na vertente material do contexto urbano) – o desenvolvimento urbano seria verificado nas atividades turístico-culturais e novas formas de consumo da sociedade contemporânea (Capela de Campos & Murтинho, 2017a).

Este trabalho pretende refletir sobre o contributo que uma candidatura patrimonial em contexto urbano pode acrescentar para o desenvolvimento e para a gestão de uma cidade, através das sinergias geradas pela sua circunstância e que vão influenciando, potenciando, estabelecendo e transformando algumas dinâmicas socioeconómicas, no seu território de influência. A abordagem metodológica será qualitativa e realizada com recurso a uma analogia entre dois estudos de casos localizados em diferentes contextos territoriais, nomeadamente, os casos ibéricos inscritos especificamente na categoria das Universidades Património Mundial (UPM), da LPM: a Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares (URHAH) e a Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS).

Embora as datas de inscrição dos dois casos possam ter alguma influência nos resultados – pela evolução que o próprio discurso filosófico-concetual no âmbito do PM sofreu entre as datas de inscrição de uma e outra na LPM, 1998 e 2013³ –, as práticas processuais e a linguagem padronizada e promovidas pela inscrição dos bens na LPM são as mesmas, ou seja, os dois casos foram inscritos na mesma categoria patrimonial e foram atribuídos os mesmos critérios de justificação de Valor Universal Excepcional (VUE) do bem, pela UNESCO. Sobre esta particularidade da candidatura dos dois casos de estudo, num primeiro momento, é feito um esclarecimento sumário desta condição, com o objetivo de melhor explicitar e enquadrar os dois casos de estudo.

Todavia, cada um dos casos tem o seu contexto geográfico, histórico, político, social, económico e cultural, acrescentando ainda as suas próprias trajetórias evolutivas antes e depois da inscrição na LPM. Desta forma, considera-se pertinente enunciar os parâmetros e justificações que foram estabelecidos como responsabilidade e compromisso de futuro, nas respetivas candidaturas a PM de Espanha e de Portugal. Com este tópico pretende-se aferir de que modo é que tais enunciados se traduziram em contributos ativos para a promoção da coesão do território de influência de cada caso de estudo, tendo em conta os aspetos evolutivos de contextualização para cada uma das universidades em estudo.

³ Cf. (Capela de Campos & Murтинho, 2017c).

Por fim, verificam-se as variações entre os dois casos, resultantes na realidade dos seus contextos urbanos, pelas influências diretas ou indiretas do processo de candidatura e da consequente inscrição dos bens na LPM.

O reconhecimento de um estatuto de PM deveria induzir a uma continuada reflexão e ação, ao nível da sua gestão e planeamento, integrados num contexto mais abrangente, podendo estes constituírem-se como fatores críticos e estratégicos da promoção da coesão territorial, ao serem consideradas as transformações necessárias para responder às novas exigências dos modos de vida, dos usos e das dinâmicas socioculturais.

A categoria Universidades na Lista do Património Mundial

A LPM constitui-se como um instrumento de gestão patrimonial ao nível da política internacional, pela inscrição de patrimónios, com VUE justificado – conforme estipulado na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972 (CPM1972)⁴ – e, também, representativos da diversidade cultural de todo o mundo, desde 1978, ano das suas primeiras inscrições. Em 1994, o Comité do PM adotava uma *Estratégia Global*⁵ cujo principal objetivo seria alcançar uma LPM representativa, equilibrada e credível, que refletisse essa diversidade cultural.

Os estudos de caso abrangidos por este trabalho – a URHAH (WHC, 1999, p. 31) e a UC-AS (WHC, 2013, p. 208) – foram inscritos na LPM pelo reconhecimento dos respetivos VUE e sob a categoria UPM, uma das categorias mais sub-representadas na LPM em quarenta anos, com apenas cinco bens inscritos, conforme se apresenta no seguinte quadro:

Quadro 1. Relação dos bens inscritos na categoria UPM.

Ano de inscrição	Nome do bem na LPM	Localização	Crítérios (VUE)
1987	Monticello e a Universidade da Virgínia	Charlottesville, Estados Unidos da América	i, iv, vi
1998	Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares	Alcalá de Henares, Espanha	ii, iv, vi
2000	Cidade Universitária de Caracas	Caracas, Venezuela	i, iv
2007	Campus Central da Cidade Universitária da Universidade Nacional Autónoma do México	Cidade do México, México	i, ii, vi
2013	Universidade de Coimbra – Alta e Sofia	Coimbra, Portugal	ii, iv, vi

⁴ A CPM1972 considera dez critérios justificativos do VUE, sendo que, os primeiros seis (i, ii, iii, iv, v e vi) correspondem à justificação de bens culturais e os últimos quatro (vii, viii, ix e x) correspondem à justificação de bens naturais.

⁵ Uma das propostas equacionadas passava pelo incentivo de se inscreverem bens em novas categorias patrimoniais ou em categorias sub-representadas, para além daquelas que seriam recorrentemente abrangidas, como *Cidades/Centros Históricas* ou *Monumentos* (Capela de Campos & Murtinho, 2017c).

Dos 1073 bens inscritos na LPM até 2017 e distribuídos por 167 países, só cinco seriam inscritos sob a categoria Universidades, sendo este detalhe, a causa de distinção que permitia diferenciar estes casos. Todos os outros exemplos de universidades presentes na LPM estavam dissimulados em contextos urbanos mais vastos e inscritos sob outras categorias⁶, sendo essas categorias designadas como *Cidades históricas ou Centros históricos*, entre outras. Desta forma, todas as outras instituições de ensino superior faziam parte integrante de um valor diferenciável do valor específico atribuído às universidades por si só. Esta variação na compreensão das várias categorias patrimoniais, se por um lado potenciava uma maior capacidade de abranger uma maior diversidade de bens culturais, naturais e mistos, conforme estipulado pela CPM1972, por outro, estimulava uma maior exigência na justificação do VUE, precisamente, pela maior especificidade atribuída pela diferenciação de categoria. Por esta formulação, considerava-se pertinente fazer a analogia dos dois casos específicos das universidades europeias e ibéricas inscritas sob a categoria UPM – a URHAH e a UC-AS – às quais havia reconhecido um VUE, justificado segundo os mesmos critérios ii, iv e vi (Quadro 1), tanto pelos contributos e influências que tiveram ao longo dos séculos como também, por aqueles que continuam a ter, tanto numa escala local, como numa escala global.

O critério ii justificava o VUE pelo facto de as universidades testemunharem uma troca de influências considerável, durante um determinado período ou numa área cultural específica do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia ou das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens (UNESCO WHC, 2016, p. 41). Este critério assumia que o bem podia ser, não só, um gerador urbano fundamental para a evolução morfológica da cidade e do seu território, através do plano da cidade e da sua paisagem urbana histórica, mas também, da sua área cultural: Alcalá de Henares foi a primeira cidade planificada da idade moderna para albergar uma universidade, cujo desenho servira de modelo para outros centros universitários, e Coimbra foi durante séculos a única universidade portuguesa e do mundo lusófono. A temática cultural, nestes casos ibéricos, abrangia uma área global, sendo que no caso espanhol, tal era mais evidente e concentrado nas américas e, no caso português, mais diversificado e pontuado pelo mundo, decorrente dos seus períodos históricos referentes aos descobrimentos marítimos. Terá sido nestes períodos que as suas influências mais se fizeram sentir sob diversas geografias pelas

⁶ De vinte e seis universidades identificadas na LPM, em atividade ou não, vinte e uma fazem parte de bens mais vastos e inscritos sob as categorias: Centro histórico (8), Cidade histórica (6), Cidade colonial (1), Conjunto histórico (1), Conjunto religioso (1), Conjunto monumental de época (1), Sítio arqueológico (1), Monumento (1) e Jardim botânico (1). Para o caso ibérico, para além da URHAH e da UC-AS, foram inscritas: em 1985, a Universidade de Santiago de Compostela inserida na área PM denominada Cidade Histórica de Santiago de Compostela (Espanha); em 1986, a Universidade do Espírito Santo inserida na área Centro Histórico de Évora (Portugal); em 1988, a Universidade de Salamanca inserida na área Cidade Histórica de Salamanca (Espanha); e, em 2003, a Universidade Internacional da Andaluzia inserida na área Conjunto Monumental Renascentista de Úbeda e Baeza (Espanha).

suas práticas de expansão e de urbanização, que eram contemporâneas à implantação e estabelecimento definitivo das duas universidades ibéricas, no seu espaço atual.

Em simultâneo, o critério iv avaliava um exemplo excecional de um tipo de construção ou de um conjunto arquitetónico ou tecnológico ou de uma paisagem, ilustrando um ou vários períodos da história humana (UNESCO WHC, 2016, p. 41). Este critério era suportado, no caso de Alcalá, pelo campo concetual do desenho da cidade ideal, sendo a imagem da Cidade de Deus a sua inspiração para a criação de um modelo urbano, que depois seria disseminado pelo mundo. No caso português, o critério iv era suportado pela miscigenação urbana entre a universidade e a cidade, durante sete séculos, onde a evolução de uma seria o reflexo da outra e, por conseguinte, o reflexo da história da arquitetura, da universidade, da cidade, do país, da europa e do mundo.

Por fim, o critério vi implicava estar, direta ou materialmente, associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias, com significado universal excecional (UNESCO WHC, 2016, p. 41). O caso de Alcalá representava a cidade do saber e das artes como centro de influência na língua espanhola e berço de Miguel de Cervantes e da sua obra-prima D. Quixote. No caso de Coimbra, a sua universidade contribuía para formar elites de todo o mundo lusófono, das artes às humanidades e às ciências, tendo várias das suas tradições seculares sido adotadas por outras universidades, para além do espólio académico e universitário único.

Nesta enunciação sumária dos critérios justificativos do VUE de cada um dos bens, se depreendia que, apesar de serem os mesmos para os dois casos, cada critério era lato o suficiente para poder ser adaptável a cada caso. Nesse sentido, a capacidade de demonstração e de justificação do VUE do bem era, assumidamente, uma responsabilidade do Estado-membro proponente da candidatura e decorria da própria circunstância e condição do bem em causa⁷.

Candidatura a Património Mundial: compromisso e responsabilidade para o futuro

O património cultural havia assumido várias atribuições ao longo das contemporaneidades e, por isso, a capacidade que uma candidatura à UNESCO desenvolvia sobre as sinergias criadas a partir da proteção e salvaguarda do património, para potenciar o desenvolvimento urbano e económico de uma cidade, era uma conclusão apontada em vários estudos e amplamente reconhecida, sobretudo pelas dinâmicas turístico-culturais que se iam intensificando sobre a área patrimonial (Rebanks Consulting Ltd & Trends Business

⁷ Quanto à especificidade apresentada nos documentos de candidatura à UNESCO referentes aos bens URHAH e UC-AS, cf. (Lopes, 2012a; Vallhonrat, 1997).

Research Ltd, 2009; Salazar, 2010). Tal realidade transformava os processos de submissão de candidaturas para inscrição de bens na LPM numa competição global (Askew, 2010), explicitando o volume desproporcionado de submissões de candidaturas de bens em contexto urbano, para atribuição do título da UNESCO⁸.

Nas respetivas candidaturas de Espanha (URHAH) (Fig. 1) e de Portugal (UC-AS) (Fig. 2) à UNESCO, para a aferição do VUE, da autenticidade e da integridade que tornam cada caso único e distintivo, seriam assumidos compromissos e responsabilidades sobre a proteção e salvaguarda do bem e a sua gestão de futuro, suportados pelas circunstâncias e condicionantes da evolução dos próprios bens e da sua ligação com os seus contextos urbanos.

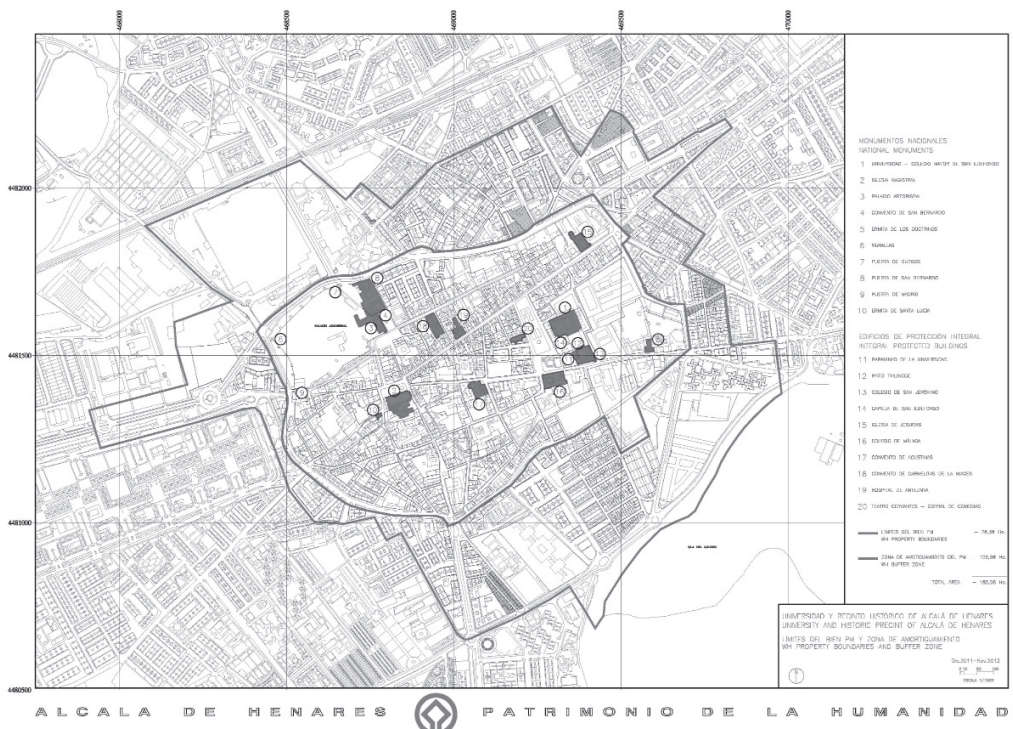


Figura 1. Planta de inscrição dos limites da área URHAH PM e da sua zona de proteção.

Imagem: WHC-UNESCO, candidatura 876-Espanha, 1998.

A instituição Universidade de Alcalá (UA), conhecida como Universidade Complutensis –herança do nome de Alcalá romana, *Complutum* – era a quarta universidade a ser criada em Espanha⁹, com o alto patrocínio do arcebispo de Toledo e do rei D. Sancho IV. Os Estudos

⁸ A propósito da problemática relacionada com a diversidade da LPM, cf. (Capela de Campos & Murtinho, 2017c).

⁹ Palencia terá sido a primeira universidade criada em Espanha, em 1212, desaparecida entretanto; a segunda foi a Universidade de Salamanca, em 1218; a terceira foi a Universidade de Valladolid, em 1241. Cf. (Rivera Blanco, 2014, p. 20).

Gerais seriam criados a 20 de Maio de 1293, seguindo o modelo das Universidades de Paris e de Salamanca e reunindo algumas características das de Bolonha e de Lovaina (Rivera Blanco, 2014, p. 20). Todavia, seria no final da Idade Média que passaria a conhecer um novo ímpeto institucional e urbano (Galván, 2014).

Em 13 de Abril de 1499, o cardeal Francisco Jiménez de Cisneros refundava a instituição por bula papal, dotando aos Estudos Gerais a denominação de Universidade¹⁰. Esta etapa na história de Alcalá constituía-se com a visão reformista de Cisneros, centrada nos ideais renascentistas e humanistas e alterando a estrutura física não só da UA – que chegou até aos nossos dias – mas também, da cidade que era dotada com uma nova estrutura e organização urbana. Neste sentido, o desenho da nova universidade era expandido à própria cidade, que se encontrava desprovida de vida urbana¹¹, ao contrário do que acontecia em Bolonha, Oxford, Paris e Salamanca, onde as universidades se iam adaptando e incorporando na realidade urbana estabelecida. Assim, *a primeira cidade universitária dos tempos modernos* (Vallhonrat, 1997), idealizada por Cisneros segundo a imagem da *Civitas Dei*, transformava-se numa ensanche quinhentista desenvolvida por dezoito quarteirões¹², concretizada e planificada na área oriental da cidade medieval muralhada, com a colaboração do arquiteto Pedro Gumiel (Rivera Blanco, 2014, p. 28).

A cidade de Alcalá, impulsionada pelo desempenho da sua universidade¹³, transformava-se num centro de desenvolvimento científico e cultural, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII com novas implantações, alterações, transformações, construções, reformas e atualizações do seu espaço universitário.

No entanto, seria no século XVIII¹⁴ que a universidade começava a entrar num período de decadência arrastando a cidade pelo mesmo caminho. Em 1821, era criada a

¹⁰ Em 14 de Abril de 1499, Cisneros lançava a primeira pedra do Colégio Maior de Santo Ildefonso, dando início simbólico e formal à nova Universidade Complutensis, cuja Constituição era promulgada em 1510. Cf. (Rivera Blanco, 2014, p. 22).

¹¹ Metade da cidade estava sem uso e abandonada devido à expulsão dos judeus de Espanha, realizada a partir de 1496, sendo que, por esse motivo, a atividade comercial tenha conhecido um declínio. A nova realidade permitia que Cisneros utilizasse a área urbana abandonada para instalar uma verdadeira cidade universitária. Cf. (Rivera Blanco, 2014; Vallhonrat, 1997).

¹² Com a construção de um Colégio Mayor, dedicado a Santo Ildefonso patrono de Toledo, era feita a representação da Casa do Saber e do Templo da Sabedoria pela imagem de Jesus, de doze Colégios Menores, cada um dedicado aos apóstolos e de mais seis Colégios Menores dedicados aos discípulos.

¹³ A abertura de imprensas permitira a impressão da Bíblia Poliglota Complutense, em 1514-17, considerada como um monumento da tipografia moderna, tendo como suporte a obra-prima de Elio Antonio de Nebrija, a *Gramática de la Lengua Castellana*, publicada em 1492 (Contreras, 2014), bem como outros textos do professor das Universidades de Alcalá e Salamanca. Além disso, Alcalá era o berço de nomes maiores das letras e das artes, destacando-se Miguel de Cervantes Saavedra com a sua obra-prima *El ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha*, de 1605.

¹⁴ Em 1770, era instituída a supressão dos Colégios Menores, levando à ruína e abandono muitos dos edifícios associados a usos e funções complementares aos académicos.

Universidade Central em Madrid, antecipando o fecho da universidade cisneriana, que apesar do seu prestígio e da sua importância para as artes, a língua e a cultura espanholas, seria encerrada em 1836¹⁵.

Em 1851, acontecia o caso que a candidatura da URHAH à UNESCO classificava como único na história das cidades (Vallhonrat, 1997, p. 19): um grupo de cidadãos de Alcalá juntava-se e formava a *Sociedad de Condueños de los Edificios que fueron Universidad*¹⁶, que iria adquirir o conjunto de edifícios na expectativa do futuro retorno da universidade. Este episódio da história de Alcalá revelava-se único e sem paralelo, na forma como os seus cidadãos reconheciam o valor do seu património arquitetónico universitário e lhe atribuíam uma conotação de guardião da sua memória cultural coletiva e da sua identidade como comunidade de Alcalá¹⁷ (Vallhonrat, 1997, p. 19). Todavia, só em 1975, Alcalá voltaria a sentir o pulsar universitário na cidade, com um polo de ampliação da Universidade Complutense¹⁸ de Madrid, sendo a UA refundada por decreto real, dois anos depois.

A partir de 1985, sob o lema «Al futuro con el pasado», a UA ganhava autonomia académica e promovia um investimento na requalificação do património universitário, para uma área total de 185 hectares. O lema pretendia representar o projeto de recuperação do passado, através da recuperação e reabilitação do património universitário, para ir construindo um projeto de futuro nesta nova etapa da universidade cisneriana. Tal esforço seria merecedor de vários prémios e distinções nacionais e internacionais e no seguimento de uma colaboração estreita entre cidade e universidade seria desenvolvido o processo de candidatura à UNESCO, para inscrição do bem URHAH na LPM, o que se verificara, com efeito, em 5 de dezembro de 1998¹⁹.

¹⁵ Todos os serviços da UA (recursos humanos, universitários e pedagógicos) eram transferidos para Madrid e a maior parte dos edifícios e bens eram vendidos para pagar dívidas do Estado, outros seriam pilhados e outros seriam demolidos.

¹⁶ A partir desse momento, cabia à Sociedade de Condóminos gerir os bens constituintes da propriedade, alugando ou cedendo os edifícios a instituições e a privados na condição da sua conservação e manutenção, para salvá-los da ruína, já que, a falta de uso tornaria a sua manutenção insustentável. Desta forma, os edifícios sofreriam transformações para responder a novas funções, convertendo-se em residências, colégios públicos e religiosos, quartéis, grupos desportivos e culturais. Cf. (Clemente San Román & Quintana Gordon, 2014; Echeverría Valiente, 2005; Vallhonrat, 1997).

¹⁷ O início do século xx trazia a Espanha, a necessidade de se proceder à declaração formal do estatuto patrimonial dos bens e de se continuar a catalogar os bens, que já estava a ser feita desde o século anterior (Martín Jiménez, 2016). Nesse âmbito, o Colégio Maior de Santo Ildefonso era classificado Monumento Nacional, em 1914.

¹⁸ A partir da década de 70 do século xx, havia uma significativa expansão universitária em Espanha, abrindo caminho à expansão da Universidade Central de Madrid, que havia substituído por completo a UA, assumindo a denominação Universidade Complutense de Madrid como reconhecimento, por um lado, da sua *alma mater* cisneriana, mas por outro, como homenagem àquela que tivera um papel tão importante e influente para a cultura e artes espanholas, europeias e americanas (Clemente San Román & Quintana Gordon, 2014, p. 78).

¹⁹ Na 22ª sessão do Comité do PM, realizada em Quioto entre 30 de novembro e 5 de dezembro de 1998, a URHAH era inscrita na LPM, sob os critérios ii, iv e vi (World Heritage Committee, 1999, p. 31).

Seria com o regresso da universidade à cidade de Alcalá, que se começava a inverter o ciclo de decadência urbana. A UA não acabara porque a comunidade local se havia identificado com o seu valor patrimonial, que também era o seu valor urbano. O projeto cisneriano era, neste sentido, uma matriz cultural do território de Alcalá. E era na sua integridade, como um todo coerente, que permitia conhecer, reconhecer e compreender o território, toda a sua evolução e o seu desenvolvimento. Deste modo, era sob a perspetiva da continuidade que o processo PM era assumido, num percurso pedagógico de negociações entre a cidade e o governo, que tiveram a proteção e a salvaguarda de património como ação principal, para alavancar o desenvolvimento local, com base no regresso da universidade à cidade.



Figura 2. Planta de inscrição dos limites da área UC-AS PM e da sua zona de proteção.
 Imagem: WHC-UNESCO, candidatura 1387-Portugal, 2013.

No caso português, as circunstâncias e condicionantes da evolução da universidade com o seu contexto urbano eram semelhantes com o desenvolvimento da sua congénere castelhana²⁰, a partir do momento em que D. João III decidira sedear a universidade portuguesa, definitivamente, em Coimbra²¹.

De um modo resumido, e como referia Dias, podia ser verificado que a influência que a universidade inculcava ao nível do desenvolvimento da cidade, se projetava de modo evidente em três momentos fundamentais, com reflexo direto no desenho urbano (Dias, 1994): 1537 – a transformação de Coimbra em cidade universitária; 1772 – a reforma pombalina; e, 1941 – a construção da Cidade Universitária do Estado Novo.

Se o primeiro momento contribuía para a estabilização do ensino superior em Portugal, conseguia-o através dos planos urbanos que eram delineados e construídos para albergar a comunidade universitária, na Baixa e na Alta de Coimbra, não deixando de ter em conta, outros parâmetros de substancial relevância urbana e urbanística, nomeadamente, o aumento da população que tal decisão implicaria²²: a abertura da Rua de Santa Sofia²³, na Baixa de Coimbra, que era equacionada a partir do processo²⁴ da reforma do Mosteiro de Santa Cruz, abrindo uma rua nova para norte do «tabuleiro da praça»²⁵; e a reforma do

²⁰ Com exceção da fase que promulgara o encerramento da universidade alcalaína, em 1836, e que, como já se referiu, arrastaria a cidade de Alcalá por um período de decadência urbana até ao período pós-Segunda Grande Guerra Mundial.

²¹ Era assumido que o marco fundacional da universidade portuguesa tinha sido a carta régia assinada em 1 de março de 1290 por D. Dinis – o «documento precioso», segundo António de Vasconcelos (Pimentel, 2005, p. 40) –, criando os Estudos Gerais, na cidade de Lisboa. Não obstante, a universidade era transferida várias vezes alternando entre Lisboa (1290-1308; 1338-1354; 1377-1537) e Coimbra (1308-1338; 1354-1377; a partir de 1537, o estabelecimento definitivo da UC). Cf. (Lobo, 2010; Lopes, 2012b; Pimentel, 2005; Rossa, 2001).

²² Num quarto de século, a população de Coimbra que rondava os cinco mil habitantes passava a doze mil, ultrapassando todas as expectativas iniciais de D. João III que, consecutivamente, teria que gizar soluções e respostas ao sucessivo aumento das necessidades residenciais e logísticas disponíveis, bem como, dotar a universidade de mais espaços para estudantes e mestres. Cf. (Rossa, 2006).

²³ Designação da rua nova, clarificando o *carácter* e a *identidade programática* daquela que iria receber as construções dos colégios para o ensino preparatório e superior (Lobo, 2006). No entanto, apesar deste seu carácter ideológico e funcional atribuído ao plano inicial, a sua materialização não se concretizara, por iniciativa régia, ficando, de resto, a qualidade da «sua materialidade arquitetónica e urbanística, pelo seu papel de ensanche de uma cidade atrofiada» (Rossa, 2006, p. 19).

²⁴ Este processo era iniciado com alguns episódios de impulso urbanístico, com a passagem de D. Manuel pela cidade em 1502, na viagem de peregrinação a Santiago de Compostela, tendo dado grande destaque tanto à reforma de Santa Cruz como à reforma do Paço Real, entre outros (Rossa, 2001, pp. 531–611). No entanto, era já sob o signo régio de D. João III que a reforma do Mosteiro de Santa Cruz era realizada, a partir de 1527, sob a alçada do monge jerónimo frei Brás de Barros, através de uma ensanche quinhentista para norte do mosteiro (Lobo, 2006). Este empreendimento, onde seriam construídos colégios, teria como propósito reintroduzir «os estudos no mosteiro crúzio (...) e com a eventual mudança da Universidade para Coimbra» (Buescu, 2005, p. 199), o que acabaria por se efetivar a 1 de março de 1537.

²⁵ Referência ao «pavimento lajeado, sobrelevado em relação à Praça de Sanção (actual 8 de Maio), que se estabeleceu efectivamente defronte dos dois primeiros colégios» (Lobo, 2006, p. 24), o Colégio de São Miguel e o de Todos-os-Santos.

Paço Real e da Alta, no geral, que evidenciava dificuldades em fixar habitantes e, portanto, dispunha de espaço ou abandonado ou por edificar (a nascente).

O segundo momento de *refundação* da universidade decorrera em 1772 com a Reforma Pombalina do ensino e beneficiando de algumas implementações prévias levadas a termo por D. João V – alimentadas pelo fluxo de ouro e de pedras preciosas vindas do Brasil –, nomeadamente, aquela que Germain Bazin consideraria como «a biblioteca mais faustosa que jamais viu»²⁶, a Biblioteca Joanina construída entre 1717 e 1728. A nova reforma, assente na extinção do ensino da Companhia de Jesus em Portugal, baseava-se em ações de renovação estrutural das dimensões pedagógica e científica, tendo como consequência a valorização das ciências exatas e naturais e dos métodos de observação e de experimentação (Carvalho, 1996).

Mantendo a leitura sobre o papel da universidade para formar elites, como um instrumento de Estado, o ministro Sebastião José Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal, aprovaria a reformulação de espaços e a construção de novos equipamentos²⁷ para uso escolar. Pese embora a criação de novas relações urbanas pela construção dos novos equipamentos universitários, sendo a mais evidente (e prejudicial) consequente da localização do Observatório Astronómico no topo sul do Pátio das Escolas, seria a reforma ao nível do ensino que mais contribuiria para a evolução da UC.

O terceiro momento de grande impacte na universidade e na cidade, com evidente transformação urbana e urbanística, prendia-se com as intervenções do Estado Novo de 1941 a 1975 (Capela & Murtinho, 2015). Apesar de Portugal se ter mantido distante das consequências da Segunda Grande Guerra, a cidade sentira um duro golpe, com a construção da Cidade Universitária de Coimbra, na Alta. Recorrendo à *tábula rasa*, o projeto impunha-se sobre o existente, sem equacionar a relação de escala tanto construtiva como urbana, que alterava o contexto urbano sócio morfológico e, prejudicava continuidades espaciais, ainda sentidas naquela que seria, desde 2013, parte da área PM.

No entanto em 1995, por necessidade de expansão para acomodar as engenharias e a saúde, a UC avançava com um concurso de ideias para a requalificação dos seus espaços na Alta, onde um dos seus principais objetivos era reestabelecer as conexões e os laços com a cidade antiga e existente, procurando minimizar as fronteiras impostas.

²⁶ Germain Bazin foi conservador chefe do Museu do Louvre e um importante historiador de arte, com especial destaque no estudo do período barroco. A frase referida correspondia ao título de artigo publicado por Bazin após a sua visita à biblioteca da Universidade de Coimbra (Bazin, 1960).

²⁷ A título de exemplo, enumera-se, o Laboratório Químico, o Observatório Astronómico, o Jardim Botânico e o Museu de História Natural. Cf. (Dias & Gonçalves, sem data, pp. 97–114).

Seria, contudo, em 2003²⁸, que a Universidade assumiria o seu papel de liderança, na responsabilidade e compromisso com a cidade e, depois com o mundo, pelo seu protagonismo no processo de candidatura a PM, que ia acontecendo em Coimbra desde 1982 (Capela & Murtinho, 2014). O enquadramento estratégico da candidatura assumia um dever e um compromisso geracional, que segundo as palavras de Seabra Santos se justificavam num «fortíssimo sentido de futuro: o de prevenir a agressão patrimonial e a dispersão da memória colectiva» (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5).

De certa forma, a Universidade que havia sido responsável pelas intervenções do Estado Novo, fazia um *mea culpa*, e devolvia à cidade um estatuto de reconhecimento no seu valor material e imaterial, promovendo intervenções de requalificação e reabilitação do seu património físico e contaminando processos de reabilitação urbana pela sua área de influência urbana. Neste caso, ao contrário da candidatura da URHAH, a perspectiva da candidatura à UNESCO era assumida, sobretudo, como um eixo estratégico de desenvolvimento, assente na proteção e salvaguarda do património e, portanto, propulsora de dinâmicas de desenvolvimento urbano (Capela de Campos & Murtinho, 2017a).

A influência das candidaturas nas dinâmicas urbanas

A oportunidade de serem assumidos compromissos e responsabilidades para o futuro equacionava-se sob a perspectiva de uma proteção, salvaguarda e gestão integrada dos bens patrimoniais para uso da universidade, numa primeira instância, mas também de desenvolvimento dos seus contextos urbanos. Além dessas atuações principais, as sinergias, criadas a partir desta realidade patrimonial inserida em contexto urbano, iam contagiando algumas atividades, nomeadamente, a reabilitação urbana e as atividades turísticas, que potenciadas e aproveitadas poderiam canalizar alguma influência urbana para um planeamento mais amplo e equilibrado sobre o território.

Por um lado, na candidatura da URHAH à UNESCO, tais compromissos e responsabilidades de futuro equacionavam-se como um processo de continuidade sobre aquilo que vinha a ser realizado desde o regresso da universidade à cidade. Por outro lado, na candidatura da UC-AS, tais compromissos e responsabilidades de futuro eram equacionados como catalisadores de eixos estratégicos de desenvolvimento, tanto ao nível da reabilitação

²⁸ Com efeito, era com Fernando Seabra Santos eleito Reitor da UC em 20/01/2003 e reeleito em 15/01/2007 que, por sua iniciativa, era oficializada a intenção para que fosse a UC o bem candidato à UNESCO, pedido que seria realizado em julho de 2003 ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 14/05/2004, a UC era inscrita na Lista Indicativa de Bens, pela Comissão Nacional da UNESCO, dando início à última fase do processo de Coimbra a PM e deixando para trás os sucessivos e falhados projetos de candidatura de outras áreas da cidade. Cf. (Capela & Murtinho, 2014).

do património universitário como da necessidade de inter-relação *univer(sc)idade*, por um «regresso em simultâneo da cidade à Alta e da Universidade à Sofia e à cidade» (Lopes, 2012b, p. 9). Desta forma, seria pertinente ilustrar como é que estas perspetivas assumidas pelas duas candidaturas, eram equacionadas e traduzidas para a realidade urbana dos dois casos ibéricos e também para o seu contexto territorial.

No caso de Alcalá, não se podia deixar de referir algumas particularidades derivadas de outros acontecimentos, para além daqueles já equacionados e que também contribuíram para a realidade urbana contemporânea.

A predominância e a disponibilidade da tipologia de colégio²⁹ aliadas ao facto da proximidade de Alcalá com Madrid (uma distância de 30 Km) permitiram que as operações urbanas mais relevantes, depois do encerramento da UA, tivessem acontecido com recurso a alterações e transformações dos edifícios universitários em quartéis, prisões, hospitais e armazéns, durante o século XIX. Ou seja, a Alcalá universitária tinha-se transformado, sobretudo, numa *cidade militar*. Também a construção da estação de caminho-de-ferro levaria algum crescimento urbano, a norte e este da cidade, que reinvestira na direção tradicionalmente privilegiada com Guadalajara. Todavia estes episódios não impediram o escalar de decadência urbana, que se acentuava com as destruições dos bombardeamentos da Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e que se prolongavam até o período do pós Segunda Grande Guerra (1939-1945).

A partir de 1960, a legislação municipal sofria alterações, no sentido de potenciar o crescimento urbano, usufruindo da proximidade com Madrid, alavancando uma desordem urbanística que se começava a impor e a ameaçar o casco urbano antigo. Essa crescente especulação imobiliária era travada com o plano de 1968, que declarava o Centro Histórico de Alcalá como Conjunto Histórico, permitindo afastar ou, pelo menos, minimizar os efeitos que ameaçavam a área do centro urbano medieval e cisneriano, mais sensível e já bastante sofrida com as destruições das guerras. Quando a universidade voltava à cidade e ao seu espaço fundacional encontrava uma área de 185 hectares bastante danificada e destruída ou em ruína.

Em 1979, a Direção Geral de Arquitetura do Ministério de Obras Públicas e Urbanismo dava início ao processo, onde era promovida a catalogação e estudo planimétrico do conjunto de edifícios históricos de Alcalá dirigido pelo arquiteto José Maria Pérez González *Peridis* (Rivera Blanco, 2014, p. 32). Este ato dava origem àquela que dava a base de intervenção sobre o património universitário cisneriano, entre 1982 e 1984, sob a direção do arquiteto Carlos Clemente, numa atuação interdisciplinar³⁰ entre entidade e comissões técnicas locais

²⁹ A propósito da distinção, arquitetonicamente falando, entre colégio e sede universitária, ver (Lobo, 2010).

³⁰ Numa primeira fase era feito o reconhecimento, o levantamento e a análise do património, para depois se avaliarem e se definirem os possíveis usos contemporâneos compatíveis com a organização e a tipologia do edifício. Deste modo, era possível proceder à integração de novas funções académicas e administrativas nos diversos espaços, sem que para tal fosse necessário recorrer a transformações e alterações que pusessem em causa a identidade do próprio edifício.

e regionais de coordenação de aspetos arquitetónicos, artísticos, construtivos, científicos e académicos, depois de se recuperar a propriedade ou o usufruto dos edifícios históricos no ato do Convénio Alcalá de 1985.

Era pelo grande investimento na requalificação do património universitário, que a UA vinha a ser merecedora de vários prémios e distinções nacionais e internacionais³¹, desde 1983, e local do Prémio Cervantes, que a partir do Paraninfo, atribuía anualmente o galardão maior da literatura de língua espanhola.

Todavia, estas ações não ficavam centradas no casco antigo de Alcalá de Henares (Comunidade Autónoma de Madrid). Com efeito, nesta nova etapa de recuperação do património da cidade e da universidade, a UA também estendia o seu espectro de recuperação de património à província de Guadalajara³² (Comunidade Autónoma de Castilla-La Mancha). Além disso, a UA apostava na construção de um Campus Científico-Tecnológico como uma lógica de expansão universitária dentro da cidade de Alcalá, tirando partido do terreno ocupado pelas instalações do campo de aviação e paraquedismo de uso militar, localizado a norte da cidade e adjacente ao «S» histórico da Via Complutense (Chías Navarro, 2014).

A reabilitação do parque edificado também ia acompanhando a consolidação do património universitário que, com o crescimento e expansão da universidade, criava dinâmicas socioeconómicas, assentes no seu paradigma de *Univer(sc)idade do saber da cultura, das artes e das letras*, permitindo estabilizar uma população de 200 mil habitantes, decuplicando-a desde o final da Segunda Grande Guerra.

No caso de Coimbra, a universidade desenvolvia ações e práticas de intervenção sobre o património, promovendo a sua proteção e salvaguarda através de operações de intervenção para uma *integridade dinâmica*³³ (Zancheti & Loretto, 2015), que tinham vindo a ser desenvolvidas desde a fase de candidatura. A pertinência desta especificidade, no caso de Coimbra, assentava no estatuto paradigmático que alguns dos espaços inseridos na UC-AS PM (22/06/2013) assumiam, independentemente da sua realidade – em ruína, em projeto e em fase de obras de requalificação. Com efeito, algumas intervenções em espaços PM, só seriam terminadas depois da data de inscrição do bem na LPM, criando uma lógica de continuidade – acrescentando valor ao existente – e assente no processo evolutivo e transformativo do espaço que *antes de ser, já era património*.

³¹ Dos prémios e distinções obtidos, pela intervenção no património universitário cisneriano e na cidade de Alcalá de Henares, sublinham-se em 1994, o Prémio Europa Nostra; em 1996, o Prémio do Ano do Meio Ambiente (União Europeia); em 1998, inscrição na LPM (UNESCO) da URHAH; e em 2005, a Distinção de Honra do Colégio Oficial de Arquitetos de Castela-La Mancha. Cf. (Rivera Blanco, 2014; Vallhonrat, 1997).

³² A partir de 1979, a UA ia adquirindo edifícios com valor histórico em Pastrana e em Sigüenza, de modo a potenciar e a alargar a oferta académica e cultural. Esta condição tornava este caso particular na realidade espanhola, em que uma universidade se estendia geograficamente por duas Comunidades Autónomas (Casa Martín & García Bodega, 2014).

³³ Sobre esta abordagem, ver Capela de Campos, J e Murtinho, V. «Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra», no presente número da publicação do Centro de Estudos Ibéricos.

Em algumas dessas e de outras intervenções, a transformação do espaço ia sendo assumida para a sua adaptação às exigências dos novos modos de ensino e de usos académicos contemporâneos, permitindo que a continuidade no uso pudesse ser enfatizada como recurso eficaz de manutenção³⁴. Cumulativamente, era necessário garantir a conservação e manutenção dos espaços académicos para o normal funcionamento das suas atividades e, ainda, considerar a afluência dos visitantes, que segundo os dados disponíveis, tinham vindo a aumentar³⁵.



Figura 3. Vista sobre Coimbra para sul do complexo do Paço das Escolas.
Fotografia: Joana Capela de Campos, 2017.

³⁴ Eram disso exemplos, as intervenções realizadas no complexo do Paço das Escolas, no Laboratório Químico (Museu da Ciência), no Colégio da Santíssima Trindade (Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito) ou nas Estufas do Jardim Botânico, na Alta e no Colégio da Graça (Centro de Documentação 25 de Abril e Centro de Estudos Sociais), na Baixa, entre outros.

³⁵ A título de exemplo, os dados até 31/12/2016 informam que havia 442 510 visitantes aos vários espaços turístico da UC, com maior incidência, sobretudo, na Biblioteca Joanina no complexo do Paço das Escolas. Cf. (Capela de Campos & Murtinho, 2017a; Moreira, 2017). Esta realidade, acrescida de publicidades mediáticas e cinematográficas (nomeadamente, pela utilização do modelo da Biblioteca Joanina no filme *A Bela e o Monstro* (2017), do realizador Bill Condon e produção da Disney), deveria ser considerada para uma gestão equilibrada destes números sobre estes espaços, tendo em conta o seu impacte sobre o património, nomeadamente, aquele que continua a ser mais suscetível de perdas irreparáveis, pela sua especificidade e pelas suas condicionantes e circunstâncias, como no caso da Biblioteca Joanina.

Em estudos já realizados para a UC-AS, onde se procurava fazer «um balanço sobre o processo transformativo visível e consequente da candidatura e título PM» (Capela de Campos & Murtinho, 2017a, 2017b), seriam verificadas algumas considerações, nomeadamente, o paralelismo e a complementaridade entre os processos de proteção e salvaguarda do património com o desenvolvimento urbano na área urbana de influência do bem. A oportunidade gerada a partir de uma candidatura patrimonial era assumida como um propulsor de algumas atividades económicas, como o turismo ou a construção, sendo que, seja expectável por contaminação, um investimento na reabilitação e requalificação urbana geradas por novas vivências (Fig. 3), usos e comportamentos socioculturais urbanos, tanto pelo setor público como pelo privado. Esta realidade traduzia-se no investimento verificado na área urbana considerada, ao nível do setor público, pela requalificação dos espaços públicos, de infraestruturas e de equipamentos socioculturais, fortemente impulsionados pela municipalidade. Adicionalmente, também o setor privado vinha a acompanhar esta evolução no investimento dos recursos, sobretudo pelas dinâmicas da requalificação urbana que se verificavam sobre a reabilitação do parque habitacional e sobre o desenvolvimento de serviços, sobretudo, direcionados ao setor turístico.

Além disso, verificava-se que a oportunidade gerada pela inscrição da UC-AS na LPM, ou seja, pela valorização de um VUE com um mediatismo internacional próprio nestas dinâmicas e que potenciavam um aumento do número de visitantes nesses lugares PM (Salazar, 2010), tinha sido aproveitada e gerida, também por uma perspetiva regional e territorial, como eram evidência alguns projetos do Turismo do Centro, que estava a apostar nos quatro Lugares Património Mundial do Centro de Portugal³⁶.

Considerações finais

Pensar o património, não como uma memória do passado, mas antes um ativo da contemporaneidade para o futuro, permite estabilizar uma plataforma de diálogo entre gerações, que vão recebendo, usando, e acrescentando valor ao existente. Desta forma, conhecer cada caso, contextualizando e enquadrando a sua evolução antes e depois de um processo de candidatura, permite compreender os critérios evocados para a justificação de um valor reconhecido. Neste trabalho é sublinhada a importância do papel da Península Ibérica, na história cultural europeia e mundial, por ter um património universitário único, reconhecido internacionalmente.

³⁶ Já em 2009, a Direção Geral do Património Cultural promovia um projeto denominado *Rota dos Mosteiros Património da Humanidade da Região Centro*, aprovado no âmbito do eixo estratégico da valorização do espaço regional do Programa Operacional Regional do Centro – *MaisCentro*, dentro do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) de 2007 a 2013, onde estruturava apoios de intervenção sobre os então três casos PM do Centro: o Mosteiro da Batalha e o Convento de Cristo em Tomar (1983) e o Mosteiro de Alcobaça (1989). Cf. (Martins & Franca, 2017).

Por outro lado, o conhecimento produzido sobre cada caso, inerente a um processo de candidatura, permite equacionar as várias prioridades numa gestão integrada, sobre o património, como também, sobre o seu contexto urbano, numa ideia de continuidade da fruição do património inserido em contexto urbano. Deste modo, é possível deduzir que o reconhecimento de um VUE no âmbito da UNESCO, tanto pela comunidade como pelas entidades locais, nacionais e internacionais, deve ser considerado um ativo, quer para uma gestão sustentável de um sítio PM, quer pelo seu contributo na participação em protocolos de planeamento e gestão integrada para uma maior coesão territorial.

No domínio e âmbito do PM verifica-se que as ações de proteção e salvaguarda, sobre um património reconhecido pelos diversos agentes, potenciam uma transformação nas dinâmicas socioeconómicas dentro do seu território de influência. A pertinência no estudo destes exemplos justifica-se na articulação do entendimento e do conhecimento da conformação espacial com os protocolos de gestão destes bens, dominados pelas relações espaço-sociais subordinadas às diversas geografias e, por isso, cheias de especificidades próprias do lugar e de cada território.

Este trabalho pretendeu estabelecer uma reflexão, baseada na analogia entre os dois exemplos ibéricos inscritos na categoria das Universidades, na LPM – URHAH e UC-AS –, a partir do delineamento estratégico que orientou as duas candidaturas e as suas respetivas influências no desenvolvimento de dinâmicas socioculturais e económicas, nos seus territórios de influência.

Num primeiro momento, contextualizou-se cada um dos bens, no âmbito da UNESCO, aferindo que Alcalá de Henares e Coimbra assumiram um compromisso e uma responsabilidade num plano internacional, ao afirmarem a proteção e a salvaguarda do património como projeto de futuro. Este tópico permitiu aferir as convergências formais entre os dois casos de estudo: os mesmos critérios de justificação do VUE; a mesma categoria de inscrição; e o mesmo desígnio de proteção e salvaguarda do património.

Todavia, num segundo tópico, verificou-se que os dois casos apresentam divergências intrínsecas, decorrentes de acontecimentos e dinâmicas próprias, enquadrados pelas valências históricas, geográficas, políticas e socioculturais únicas e específicas de cada caso. Ainda assim, é sobre o mesmo desígnio de proteção e salvaguarda do património que tecem as suas diretrizes para estabelecerem o compromisso e a responsabilidade de futuro. No entanto, essas diretrizes são estipuladas, no caso espanhol, num processo de continuidade com aquilo que já estava a ser feito e, no caso português, como eixo estratégico e, portanto, gerador de dinâmicas de desenvolvimento urbano.

Para finalizar, verificou-se que se a influência das candidaturas nas dinâmicas urbanas foi conseqüente num plano material inerente a dinâmicas de reabilitação e requalificação dos vários espaços públicos e privados, também o foi num plano imaterial subjacente a

dinâmicas estipuladas por novas práticas socioculturais, de uso e de apropriação do espaço, próprias da contemporaneidade.

A produção de conhecimento sobre estes casos, onde o bem patrimonial está inserido num contexto urbano, pode ser um estímulo para que, cada vez mais, seja possível uma participação ativa de todos os intervenientes em relação àquilo que, por princípio, é de todos. Por conseguinte, esta analogia pretendeu, também, ser um contributo para se conhecer melhor estes exemplos, que viram reconhecido um VUE, não só pela sua qualidade no passado, mas, sobretudo, pela sua possibilidade de futuro como centros dinamizadores de cultura e de cidades do saber, por uma inter-relação de continuidade do paradigma *univer(sc)idade*.

Referências

- Askew, M. (2010). The magic list of global status: UNESCO, World Heritage and the agendas of states. In S. Labadi & C. Long (Eds.), *Heritage and globalisation* (pp. 19–44). Milton Park, Abingdon, Oxon, England ; New York, NY: Routledge.
- Bazin, G. (1960). La bibliothèque la plus fastueuse que j'aie jamais vue. In *Connaissance des Arts*, 66–71.
- Buescu, A. I. (2005). *D. João III. 1502-1557*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2017a). O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial. In *Cadernos de Geografia*, (36). No prelo.
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2017b). O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial. In F. Cravidão et al. (Eds.), *Local identity and tourism management on world heritage sites. Trends and challenges. Conference Proceedings | Identidade local e gestão turística de sítios património mundial. Tendências e desafios. Livro de atas* (pp. 87–110). Coimbra: Departamento de Geografia e Turismo e CEGOT – Universidade de Coimbra.
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2017c). Património Mundial: democracia e diversidade. *Estudos do Século XX*, (17), 145–161. https://doi.org/https://doi.org/10.14195/1647-8622_17_8
- Capela, J., & Murtinho, V. (2014). A World Heritage Application as an opportunity for urban intervention: the case of Coimbra. In *18th ICOMOS General Assembly and Scientific Symposium «Heritage and Landscape as Human Values»: Theme 5 – Emerging tools for conservation practice, 10-14 november*, Florença, Itália.
- Capela, J., & Murtinho, V. (2015). The dual logic of heritage in the field of architecture. In *Segundo Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial* (pp. 124–145). Menorca: Universidad Complutense de Madrid.
- Carvalho, R. de. (1996). *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Regime de Salazar-Caetano*. (2a ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casa Martín, F. da, & García Bodega, A. (2014). La Universidad de Alcalá en la Provincia de Guadalajara. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (2a, pp. 58–69). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.

- Chías Navarro, P. (2014). El nuevo campus universitario. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (2a, pp. 48–57). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Clemente San Román, C., & Quintana Gordon, J. L. de la. (2014). La restauración y conservación de los edificios universitarios. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (2a, pp. 70–91). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Contreras, J. (2014). La Universidad de Alcalá y el «Futuro de Cisneros». In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (2a, pp. 112–127). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Dias, P. (1994). Coimbra como testemunho das grandes universidades históricas europeias. In *La Ciudad del Saber: Ciudad, universidad y utopia 1293-1993*, Alcalá de Henares, julho 1993, Coimbra: Pedro Dias.
- Dias, P., & Gonçalves, A. N. (sem data). *O Património Artístico da universidade de Coimbra*. (ed. rev. e aumentada). Coimbra: Gradiva.
- Echeverría Valiente, E. (2005). *El Campus Universitario de Alcalá de Henares: análisis y evolución*. (doutoramento). Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid – Universidad Politécnica de Madrid, Madrid.
- Galván, F. (2014). Presentación. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (2a, pp. 6–12). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Lobo, R. P. (2006, Setembro). Rua da Sofia um campus universitário em linha. In *Monumentos 25 – Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 24–31.
- Lobo, R. P. (2010). *A Universidade na cidade: urbanismo e arquitectura universitários na Península Ibérica da Idade Média e da Primeira Idade Moderna* (doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Lopes, N. R. (Ed.). (2012a). *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*. (Universidade de Coimbra, Vols. 1–8). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Lopes, N. R. (Ed.). (2012b). *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia. Candidatura a Património Mundial* (Universidade de Coimbra, Vol. Livro 1). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Martín Jiménez, M. I. (2016). Patrimonio y paisaje en España y Portugal. Del valor singular a la integración territorial. In *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, (71), 347–374. <https://doi.org/10.21138/bage.2286>
- Martins, R., & Franca, M. (2017). Património patrimonial cultural e investimento público na região centro de Portugal. Estudo de caso dos monumentos património da humanidade. In F. Cravidão *et al.* (Eds.), *Local identity and tourism management on world heritage sites. Trends and challenges. Conference Proceedings | Identidade local e gestão turística de sítios património mundial. Tendências e desafios. Livro de atas* (pp. 367–383). Coimbra: Departamento de Geografia e Turismo e CEGOT – Universidade de Coimbra.
- Moreira, C. O. (2017). World Heritage, tourism and destination management. Thinking from the University of Coimbra – Alta and Sofia, Portugal. In *5th UNESCO Unitwin Conference*, 18-22 April, Coimbra.
- Pimentel, A. F. (2005). *A morada da sabedoria: o Paço Real de Coimbra – das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Almedina.
- Rebanks Consulting Ltd, & Trends Business Research Ltd. (2009). *World Heritage Status: Is there opportunity for economic gain? Research and analysis of the socio-economic impact potential of UNESCO World Heritage Site status* (Projeto de Investigação Internacional). Cumbria: Lake District World Heritage Project.
- Rivera Blanco, J. (2014). La Universidad de Alcalá, Patrimonio de la Humanidad Patrimonio Cultural Universal. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (2a, pp. 18–35). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.

- Rossa, W. (2001). *Diver(s)idade urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da universidade*. (doutoramento). Darq, FCTUC, Coimbra.
- Rossa, W. (2006, Setembro). A Sofia, primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade portuguesa. In *Monumentos 25 – Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 16–23.
- Salazar, N. B. (2010). The glocalisation of heritage through tourism: balancing standardisation and differentiation. In S. Labadi & C. Long (Eds.), *Heritage and globalisation* (pp. 130–146). Milton Park, Abingdon, Oxon, England ; New York, NY: Routledge.
- Smith, L. (2017). Heritage, Identity and Power. In H.-H. M. Hsiao, H. Yew-Foong, & P. Peycam (Eds.), *Citizens, Civil Society and Heritage-Making in Asia* (pp. 15–39). Singapore: ISEAS Publishing.
- UNESCO World Heritage Centre. (2016). *Basic Texts of the 1972 World Heritage Convention*. Paris: UNESCO World Heritage Centre.
- Universidade de Coimbra. (2005). *Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Vallhonrat, C. (Ed.). (1997, Junho). *Application for inclusion in the List of World Heritage of the University and Historic Precinct of Alcalá de Henares – first university city model of modern times*. Universidad de Alcalá y Ayuntamiento de Alcalá de Henares.
- World Heritage Committee. (1999, Janeiro 29). *WHC-98/CONF.203/18: Report of the 22nd Session of the World Heritage Committee: Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage (Kyoto, 1998)*. UNESCO-WHC.
- World Heritage Committee. (2013, Maio 7). *WHC-13/37.COM/20: Decisions adopted by the World Heritage Committee at its 37th session (Phnom Penh, 2013)*. UNESCO-WHC.
- Zancheti, S. M., & Loretto, R. P. (2015). Dynamic integrity: a concept to historic urban landscape. In *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 5(1), 82–94. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/JCHMSD-03-2014-0009>.